O SIGNWRITING NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS: DEMANDAS TECNOLÓGICAS

Leticia Tarachucky Moreira, Fabíola Sucupira Ferreira Sell.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a trajetória educacional das pessoas surdas foi marcada por paradigmas clínicos e integracionistas, estruturados em torno do oralismo e do ouvintismo, que inferiorizam a experiência visual do surdo. Contudo, a partir do fortalecimento dos Estudos Surdos, consolidou-se uma perspectiva socioantropológica que reconhece a surdez como uma diferença cultural e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1). Nesse cenário, para garantir a autonomia comunicativa e cognitiva, a adoção de um sistema de escrita próprio apresenta-se como fundamental. O SignWriting se destaca por ser um sistema logográfico e visuo-espacial capaz de registrar a tridimensionalidade dos sinais no papel, preservando os parâmetros gramaticais da língua (AMPESSAN, 2015).

O plano de trabalho original deste estudo, intitulado Libras e Ensino: material manipulável para SignWriting, previa inicialmente a produção e testagem de um kit de símbolos em MDF. Contudo, ao longo da pesquisa e das discussões acadêmicas, identificou uma demanda voltada ao ambiente digital. Com isso, o foco foi redirecionado da produção de materiais físicos para a investigação e análise de ferramentas de Tecnologia Assistiva (TA) aplicadas à Escrita de Sinais. Este ajuste alinha-se às tendências contemporâneas de inclusão digital e à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que assegura o direito ao uso de TAs.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é investigar o panorama atual do conhecimento e uso do sistema SignWriting por profissionais que atuam na educação e tradução/interpretação para surdos, identificando as barreiras práticas e metodológicas, bem como mapeando as demandas por novas tecnologias que democratizem a produção de materiais didáticos e a comunicação escrita em língua de sinais.

DESENVOLVIMENTO

O percurso metodológico foi estruturado em quatro etapas: a fundamentação teórica, a revisão bibliográfica sistemática, a pesquisa de campo e, por fim, a análise dos resultados. A fundamentação teórica baseou-se em autores fundamentais como Carlos Skliar, Gladis Perlin e Karin Strobel e de autores sobre Escrita de Sinais como Madson e Raquel Barreto, Valerie Sutton, Marianne Stumpf, além da análise de documentos oficiais como o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA).

Em seguida, conduziu-se um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES, com um recorte temporal de dez anos (2014 a 2024). Foram utilizadas strings de busca combinando termos como surdez, deficiência auditiva e tecnologia assistiva. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão e a verificação de duplicatas, obteve-se uma amostra final de 18 artigos. Eles foram categorizados tematicamente, com destaque para a categoria Tecnologias e Ferramentas Digitais para a Inclusão de Surdos, que embasou o direcionamento da pesquisa de campo.

A pesquisa de campo consistiu na elaboração, validação e aplicação de um questionário digital, aprovado pelo comitê de ética (CAEE: 77940224.0.0000.0118). Inicialmente, realizou-se uma aplicação piloto com 8 respondentes para refinar o instrumento. Posteriormente, o formulário definitivo foi distribuído em duas versões (língua portuguesa e inglesa), estruturado em quatro seções: Perfil Profissional, Conhecimento e Uso do SignWriting, Ferramentas/Recursos Utilizados e Demandas/Necessidades. Os dados foram tabulados e submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa.

RESULTADOS

A pesquisa de campo alcançou 43 participantes (41 na versão em português e 2 na versão em inglês). O perfil demográfico revelou uma distribuição etária diversificada, contemplando as faixas de 18 - 25 anos, 26 - 35 anos, 36 - 45 anos, 46 - 55 anos e mais de 55 anos, com maior concentração nas faixas de 36 - 45 e 46 - 55 anos. Geograficamente, houve predominância de respondentes da região Sul e Sudeste do Brasil (destacando-se Santa Catarina e São Paulo), além de participações internacionais.

A análise identitária apontou um desequilíbrio significativo: 85,4% dos respondentes do questionário nacional e 100% do internacional se identificaram como ouvintes. Além disso, 74,4% da amostra utiliza a língua oral como principal meio de interação.

Em relação ao SignWriting, constatou-se que 55,8% dos participantes não o utilizam em sua prática profissional. As principais barreiras relatadas foram a falta de conhecimento técnico profundo, a percepção de que o sistema é complexo e a ausência de softwares que facilitem o uso no dia a dia. Por outro lado, 44,2% dos profissionais são usuários ativos, integrando o sistema na produção de material didático, no ensino da escrita de sinais e em registros pessoais para tradução e interpretação.

Ao analisar as ferramentas existentes (como SignPuddle, SignMaker, SignWriter Studio e Delegs Editor), observou-se que nenhuma reúne simultaneamente as características essenciais para o contexto atual. Diante disso, emergiu uma demanda: os profissionais esperam por futuras tecnologias assistivas que sejam gratuitas, possuam interfaces intuitivas para reduzir a complexidade da edição, ofereçam compatibilidade e funcionamento pleno em dispositivos móveis (celulares) e facilitem o compartilhamento dos sinais e textos produzidos em redes sociais e documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo cumpriu seu objetivo ao mapear o uso do SignWriting e as barreiras enfrentadas pelos profissionais da educação inclusiva. A mudança de foco metodológico, migrando da confecção de materiais físicos em MDF para a análise de demandas digitais, demonstrou-se academicamente justificada, refletindo a realidade de um ambiente educacional que carece de soluções tecnológicas integradas. Os resultados mostram que o distanciamento entre o potencial linguístico do SignWriting e sua aplicação prática não decorre de falhas no sistema em si, mas sim de uma barreira metodológica e da escassez de softwares intuitivos.

Nota-se que a dependência de ferramentas genéricas sobrecarrega o trabalho docente e limita a produção textual ativa. Portanto, existe uma urgência crítica no desenvolvimento de novas tecnologias, preferencialmente de código aberto e otimizadas para dispositivos móveis, que conciliem o rigor fonológico da escrita de sinais com a simplicidade operacional. Democratizando o acesso a plataformas funcionais será possível superar o ouvintismo estrutural, empoderar profissionais e garantir o direito da pessoa surda de registrar seu pensamento diretamente em sua primeira língua.

Palavras-chave: SignWriting; Estudos Surdos; Tecnologia Assistiva; Educação de Surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPESSAN, J. P. A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da libras pelo sistema Signwriting. Dissertação de mestrado (Mestre em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios. 2. ed. Salvador: Libras Escrita, 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.
BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.
BRASIL. Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 4, 12 mar. 2021.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-73.
PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller de. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: Ronice Müller de Quadros (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis/ RJ: Editora Arara Azul, 2006. p. 165-184.
QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.
SANTOS, S. A.; LODI, A. C. B. Línguas de sinais, bilinguismo e educação de surdos. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados / Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
SUTTON, Valerie. Sutton Movement Shorthand: Writing Tool for the Deaf (SignWriting). Irvine, CA: The Movement Shorthand Society Press, 1974.